



Congresso Nacional da Distribuição Farmacêutica

Centro Cultural de Belém, 4 de abril de 2019

- Sessão de Abertura -

Discurso do Presidente da Direção da ADIFA, Diogo Gouveia

[Protocolo]

Senhoras e Senhores Convidados

Caros Amigos e Amigas

Minhas Senhoras e meus Senhores

Permitam-me começar por agradecer a Vossa nobre presença neste que é o primeiro Congresso organizado pela ADIFA – Associação de Distribuidores Farmacêuticos, que muito nos honra e apraz.

Volvidos dois anos desde a fundação da Associação, a Vossa presença no Congresso Nacional da Distribuição Farmacêutica é uma demonstração de reconhecimento, vitalidade e relevância do setor da Distribuição Farmacêutica de Serviço Completo, quer seja enquanto agente de saúde pública, quer seja para a sua afirmação enquanto elo vital do circuito farmacêutico.

Este é o mote deste Congresso.

Há dois anos, afirmámos os nossos valores: um serviço de distribuição de medicamentos RÁPIDO, EFICIENTE e de CONFIANÇA; um circuito de distribuição SEGURO, assegurando um armazenamento de QUALIDADE e uma RECOLHA eficiente de produtos não

conformes; e criação de POUPANÇAS com base em economias de escala, assegurando uma distribuição frequente e com menor custo do que outras alternativas de distribuição.

Suportados nestes valores, temos vindo a contribuir para o desenvolvimento do setor, que se caracteriza por ser moderno, altamente tecnológico e robotizado, com elevados níveis de eficiência e serviço, o que se materializa na distribuição diária e contínua de medicamentos, dispositivos e outros produtos de saúde em todo o território nacional.

No Universo das empresas associadas dinamizámos grupos de trabalho especializados, focados na otimização e eficiência dos processos logísticos, na transformação digital e consequente integração a nível dos sistemas de informação e no cumprimento dos requisitos técnicos e de qualidade.

Em paralelo, trabalhámos de forma construtiva com o INFARMED na modernização e simplificação de processos burocráticos e administrativos associados ao cumprimento das Boas Práticas de Distribuição e subseqüentes diretrizes regulamentares aplicáveis.

Colaborámos de forma aberta e construtiva com os restantes *stakeholders* da cadeia de valor do medicamento, sendo o projeto mais visível a criação da MVO Portugal para a implementação da Diretiva dos Falsificados em Portugal e o respetivo Regulamento Delegado.

O nosso foco e a nossa meta é contribuir diariamente para as soluções de saúde que o doente, o utente ou o cidadão necessite, onde quer que esteja! Disso é exemplo o “velhinho” Programa Troca de Seringas, mais recentemente o Projeto-Piloto TARV e nos últimos meses um novo Projeto-piloto que possibilitou a vacinação contra a gripe dos cidadãos com mais de 65 anos, de forma gratuita, nas Farmácias de Loures, em conjunto com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a ANF e a AFP e a colaboração ativa da DGS, do ACES Loures-Odivelas e o INFARMED, cujo contributo e colaboração foram decisivos.

A integração da ADIFA foi um reconhecimento, não só da relevância da Associação como um *stakeholder* estratégico, mas principalmente da importância vital da Distribuição Farmacêutica, enquanto elo essencial no circuito do medicamento.

Este é o nosso desiderato!

Assumimos com responsabilidade o nosso papel no Projeto. E cumprimos diariamente da forma que nos caracteriza, com eficiência, rigor e excelência.

Como resultado deste Projeto-Piloto, em comparação com o período homólogo, houve um crescimento de +31,8% de inoculações em 2018, o que representa mais de 10.000 administrações em comparação com o ano anterior, no Concelho de Loures.

Senhor Presidente da ARSLVT, Dr. Luís Pisco, reforçamos, uma vez mais, que estamos disponíveis para colaborar com a ARSLVT, e restantes ARS, noutros projetos.

Relegando para segundo plano o carácter privado, público ou social dos seus intervenientes, este Projeto-piloto foi um exemplo transparente do potencial e valor acrescentado das sinergias entre todos, visando, sim, a saúde e bem-estar dos cidadãos.

E, não obstante o valor acrescentado de todos estes projetos e outros tantos que não referi, entendemos que seria estratégico e fundamental dar um verdadeiro salto qualitativo no que diz respeito à caracterização do setor.

Por esta razão, ainda no ano passado, iniciamos o desenvolvimento de um estudo de caracterização e avaliação do setor da Distribuição Farmacêutica em Portugal, em parceria com a *Deloitte Consultores*, que visa evidenciar a situação económico-financeira do setor, o papel e impacto económico, social e setorial dos distribuidores farmacêuticos de serviço completo e os seus principais desafios, oportunidades e tendências.

Sem subjetividade, quisemos fazer uma fotografia do setor.

Para o efeito, para além de uma recolha transversal de indicadores internos, e de outros Parceiros, como é o caso da IQVIA e da hmR, promovemos também diversas entrevistas com *key opinion leaders*, aos quais, desde já, agradecemos as diferentes perspetivas, visões e expectativas.

Este estudo, que hoje apresentamos, tornará acessível diversa informação sobre a nossa atividade, e representará uma ferramenta fulcral para a nossa ação política, mas, também, para a tomada de decisões mais fundamentada por parte da tutela.

Senhora Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED, IP,

Prof.^a Doutora Maria do Céu Machado,

Apresento os meus cumprimentos de muito apreço e da mais elevada consideração, agradecendo a Vossa Excelência a presença no nosso Congresso, em representação da Senhora Ministra da Saúde, que muito nos honra.

Entendemos a representação da Senhora Ministra da Saúde como uma valorização, por parte do Ministério da Saúde e do Governo de Portugal, do setor da distribuição farmacêutica, e do seu indubitável contributo para a causa pública, que é a Saúde de todos os portugueses.

Recordo, com estima, a presença da Senhora Presidente na Sessão Pública de apresentação da ADIFA – Associação de Distribuidores Farmacêuticos, quando a nossa Associação não era, ainda, conhecida. Permita-me retirar as devidas ilações desta nova presença no nosso evento, entendendo-o, igualmente, como um reconhecimento por parte da Autoridade Reguladora das relações construtivas que têm sido desenvolvidas entre as Partes.

Neste enquadramento, pedia-lhe que transmitisse as nossas principais mensagens à Senhora Ministra da Saúde, pois esta será uma oportunidade exímia para salientar as nossas manifestas preocupações com a sustentabilidade da cadeia de valor do medicamento, designadamente da distribuição farmacêutica de serviço completo, que, nos últimos anos, tem sido sujeita a fortes e elevadíssimos constrangimentos.

Em concreto, o mercado de ambulatório de medicamentos sofreu, desde 2008, uma redução superior a 640 milhões de euros, à qual acresce uma redução das margens de comercialização de aproximadamente 25%, o que resultou, portanto, numa enorme pressão sobre as empresas do setor.

Por outro lado, o contínuo desenvolvimento dos padrões de segurança no circuito do medicamento, no qual se destaca a já referida implementação da Diretiva dos Medicamentos Falsificados, representa um elevado e contínuo investimento financeiro por parte dos vários *stakeholders*, cujo impacto é agudizado por qualquer medida de redução de preços dos medicamentos.

A situação do setor da distribuição é manifestamente frágil.

Mas há mais razões.

O mercado dos medicamentos genéricos tem evoluído de forma sustentada, contribuindo para a redução de despesa do Estado e o acesso à inovação terapêutica.

No entanto, e apesar da nossa remuneração estar diretamente ligada ao preço dos medicamentos, não existe qualquer mecanismo compensatório para os distribuidores relacionado com os medicamentos genéricos e, por outro lado, a inovação terapêutica tem sido maioritariamente disponibilizada por via hospitalar, não contribuindo, em nada, para a sustentabilidade do nosso setor.

Senhora Presidente,

Pese embora as reduções supracitadas, o compromisso da distribuição farmacêutica em oferecer um serviço de qualidade, pautado pela excelência operacional, leva a que uma diminuição de receita não tenha associada, na mesma medida, uma diminuição ao nível da atividade e, portanto, dos encargos operacionais.

Hoje vamos demonstrá-lo.

Mas para que assim continuemos, necessitamos de políticas sustentáveis e promotoras de estabilidade económico-financeira. Não podemos colocar em causa o nosso serviço público, que cremos essencial para a população.

Hoje em dia, os Portugueses dispõem de elevados níveis de acesso às tecnologias de saúde, suportados na distribuição homogénea das farmácias no país, na inovação da indústria farmacêutica e na atividade da distribuição farmacêutica de serviço completo que assegura, várias vezes ao dia, um fornecimento atempado às farmácias em qualquer localização geográfica, com elevados índices de satisfação, sem exceção ou diferenciação, o que se traduz num verdadeiro serviço público.

Os DFSC operam, inclusivamente, rotas com prejuízo.

Assumimos esse custo, para apresentar um tempo médio por entrega de 2,8 horas. No máximo, uma farmácia, no local mais recôndito do nosso Portugal, aguarda 5,7 horas para receber uma encomenda.

E para corresponder às necessidades dos portugueses, o setor emprega mais de 1800 colaboradores, o que nos permite realizar 11 mil entregas por dia, distribuídas através

de 700 viaturas, que partem das nossas 29 plataformas logísticas, dispersas pelo território nacional.

Será difícil encontrar noutros setores um nível de serviço equivalente ao da Distribuição Farmacêutica e a Senhora Ministra pode contar sempre connosco para garantir a acessibilidade ao medicamento em qualquer local do país.

Mas, nos momentos de definição e decisão política, não se esqueçam de nós.

Não deixem de considerar as fundamentadas, justas e legítimas reivindicações da distribuição relativamente à sua margem de comercialização, nem abdicuem das responsabilidades de regular e proteger os *stakeholders*, deixando as mesmas ao acaso das vontades.

E está na hora. Está na hora de avançarmos efetivamente com a transição de determinados medicamentos de uso exclusivo hospitalar para o ambulatório.

Não se justifica, nem se verificam impedimentos científicos, para que alguns Portugueses tenham de percorrer centenas de quilómetros para aceder à sua terapêutica num hospital específico, tendo em conta a rede de farmácias comunitárias, que garantem um serviço de proximidade e profissional, e devidamente abastecida pela distribuição farmacêutica.

Olhemos para os exemplos internacionais.

Senhora Presidente,

Pode contar com o nosso espírito de compromisso e colaboração ativa com o Ministério da Saúde, e com a Autoridade Reguladora que preside, em prol da Saúde Pública.

Pretendemos ser, cada vez mais, um verdadeiro aliado do Sistema Nacional de Saúde, e continuar a participar e desenvolver os programas de saúde pública, tais como o Programa Troca de Seringas, reforçando, uma vez mais, que a participação dos Distribuidores Farmacêuticos de Serviço Completo na logística do SNS, designadamente nos hospitais, acrescentando valor na gestão dos stocks e redução de custos operacionais, resultando na otimização dos serviços, deverá ser objeto de estudo.

Senhora Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos,

Prof.^a Doutora Ana Paula Martins,

Apresento os meus cumprimentos a V. Excelência, e na sua pessoa a todos os farmacêuticos, agradecendo a sua consideração e participação neste Congresso, que muito nos honra. Aproveito o ensejo para, em nome pessoal e da ADIFA, a congratular pela reeleição enquanto Bastonária e representante máxima das farmacêuticas e farmacêuticos portugueses.

A participação dos farmacêuticos no nosso setor tem-se vindo a transformar ao longo dos últimos anos, rejuvenescendo-se e desempenhando novos cargos e funções, sendo o local de exercício profissional de mais de 4% dos Farmacêuticos portugueses, que são responsáveis pelas mais variadas áreas nas empresas.

Reconhecemos, e congratulamos, a iniciativa da Ordem dos Farmacêuticos de, após dez anos de interrupção, ter reconstituído o Grupo Profissional de Distribuição Farmacêutica, que, vem relevar a importância deste setor para a defesa da saúde pública, firme desígnio da Ordem dos Farmacêuticos.

Senhora Bastonária,

A nossa missão é comum: a saúde dos portugueses.

Mas os desafios... esses são diversos e, para os ultrapassarmos, pretendemos reforçar as pontes de colaboração, construir relações de confiança mútua, mediante elevados níveis de exigência, tendo presente que juntos seremos mais fortes, mais capazes e mais aptos a responder aos vários desafios, centrando sempre a nossa atenção nas necessidades dos cidadãos.

O desenho de um Novo Acordo para a Rede de Farmácias em Portugal, enquanto estruturas de proximidade e centradas na pessoa com doença ou saudável, é um objetivo que, de braço dado com as Farmácias, também partilhamos.

E se António Arnaut identificou que “as farmácias são o braço longo do SNS”, permita-me acrescentar que a distribuição farmacêutica é o seu “sistema circulatório”, o elo vital, que faz este braço longo funcionar.

A distribuição farmacêutica não existe sem as Farmácias. Mas não deixaremos de lembrar, que as farmácias, no modelo assistencial como as conhecemos, não existem sem a Distribuição Farmacêutica de Serviço Completo.

Estamos disponíveis, contem connosco.

Nós também contamos com a colaboração da Ordem dos Farmacêuticos para o desenvolvimento do setor grossista.

Senhora Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED, IP, em representação da
Senhora Ministra da Saúde,
Senhora Bastonária,
Senhores Deputados e Deputadas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No maravilhoso mundo da inovação terapêutica, transformação digital e prestações de cuidados de saúde centrados nas pessoas que vivem com doença, somos assolados com problemas de acessibilidade a alguns medicamentos.

Podemos chamar-lhes *shortages*, rateados, ruturas ou falhas de abastecimento, mas qualquer que seja o conceito, o problema é inequívoco. Significa que em algum lugar do país, um cidadão português poderá não ter acesso à terapêutica de que precisa.

Não somos a razão do problema, mas queremos fazer parte da solução.

E não aceitamos... não aceitamos, que, por qualquer interesse não conhecido, repetidamente paire sobre a Distribuição Farmacêutica de Serviço Completo a celeuma da nossa exportação paralela, como o mal de todos os problemas.

Não aceitamos que seja colocada em causa a idoneidade daqueles que prestam um verdadeiro serviço público à população, assegurando o abastecimento contínuo, duas vezes ao dia, das farmácias homogeneamente distribuídas pelo nosso Portugal, sem qualquer diferenciação ou desigualdade, tornando-se o bode expiatório do problema, quando se demonstra que a exportação representa, apenas e só, 3% do seu volume anual de medicamentos que distribuem.

E, importa constatar, não tem sido essa a postura do INFARMED, que reconhece que o problema é multifatorial e que deve ser trabalhado de forma transversal a todo o circuito do medicamento.

Os Distribuidores Farmacêuticos de Serviço Completo têm a obrigação, e missão, de garantir o fornecimento contínuo, diariamente, e em quantidades suficientes, das farmácias no território em que estão estabelecidos, sendo que, para tal, necessitam

também de ser abastecidos em quantidades adequadas para satisfazer a procura das farmácias e, inerentemente, dos cidadãos.

Ainda neste contexto, e de forma voluntariosa, foi implementado em 2015 o mecanismo Via Verde do Medicamento, recentemente alargado à Região Autónoma da Madeira. Sem prejuízo dos seus meritórios objetivos, temos vindo a verificar uma contínua desacreditação do mesmo. Aquele mecanismo que na teoria resolveria os problemas, não tem correspondido na prática.

Não podemos continuar a assistir serenamente a uma canibalização do canal REGULAR de abastecimento do mercado, em prol do canal da Via Verde, e a tornar regra o que outrora foi desenhado para ser exceção. Nem tão pouco, podemos continuar a gerir, no dia-a-dia, *stocks* que por vezes nem são suficientes para dois dias.

Porque a falta de medicamentos no canal REGULAR, só contribui para o aumento progressivo do número de falhas de medicamentos nas farmácias, por impossibilitar as mesmas de deter stock.

Não foi este o mecanismo que subscrevemos e não é este o modelo que melhor serve a população.

Não se trata de problemas de legislação. Pois não importa legislar, quando não se consegue fiscalizar. E não interessa fiscalizar, se não é possível Regular. Um INFARMED com provas dadas na Europa e no Mundo, não pode estar limitado na sua ação em Portugal.

Mas compreendemos algumas limitações.

Não existe, atualmente, diferenciação legal entre os titulares de autorização de distribuição por grosso emitidas pela Autoridade Reguladora. Existem, portanto, centenas de autorizações para esta atividade, indiferenciadas.

A legislação não distingue os distribuidores que prestam um verdadeiro serviço público, aqueles que abastecem, sem distinguir, todas as farmácias, daqueles que se dedicam a uma atividade mais reduzida e limitada.

Acreditamos que todos têm o seu papel no circuito. Mas o nosso deverá ser diferenciado.

Aqueles que são o Elo Vital no Circuito do Medicamento.

Entendemos que, à luz de exemplos internacionais, a diferenciação legal da atividade dos Distribuidores Farmacêuticos de Serviço Completo, no qual se aplicam deveres mais exigentes, em consonância com a sua atividade de Serviço Público, e aos quais se atribuem direitos adicionais, contribuirá para a normalização e eficiência do mercado nacional.

Conforme teorizou Rousseau, é frequente haver diferenças entre a vontade de todos e a vontade geral. Esta releva apenas do interesse comum, já a vontade de todos releva do interesse privado e não é senão uma soma de vontades particulares. Mas se deduzirmos dessas vontades particulares o mais e o menos que se anulam entre si, resta como soma das diferenças a vontade geral.

E a nossa vontade geral, inequivocamente, é a garantia e acesso da população às tecnologias de saúde.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Neste Congresso trazemos a debate diversos temas, como é o caso das tendências de mercado a nível europeu e nacional, ou a importância da inevitável, e já em curso,

transformação digital. Apresentaremos, de forma transparente, o setor da distribuição farmacêutica, através do nosso estudo setorial, e discutiremos com os vários parceiros, setoriais e políticos, o estado da arte e as oportunidades futuras.

Acreditamos na pluralidade de ideias e, como tal, convidámos para estar presentes, quer seja nos diversos painéis, quer seja na plateia, os representantes de todo o setor, e abrimos o Congresso a todos os que nele tivessem interesse.

Agradeço, em nome da Direção da ADIFA, a todos os oradores, convidados e parceiros que acederam ao nosso convite.

Desejamos, a todos, um excelente e profícuo Congresso.

Muito obrigado.

Lisboa, 4 de abril de 2019

Diogo Gouveia